



Pseudo-evento e terror mediático¹

Deodoro José Moreira²
PUC-SP

Resumo

Este artigo procura discutir a mudança no conceito de notícia ancorado na relação entre fato e pseudo-evento, utilizando como suporte a mídia impressa, especificamente o caderno *Cotidiano* do jornal *Folha de S.Paulo* (edições de 13 a 30 de maio de 2006), tendo como objeto de análise a primeira onda de ataques organizada pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), ocorrida entre 12 e 19 de maio de 2006, na capital paulista e em algumas cidades do interior do Estado. Além disso, reflete sobre a instauração do terror mediático, provocada pela visibilidade de ações espetaculares planejadas por grupos criminosos.

Palavras-chave

Estratégias discursivas; Mídia impressa; Teorias do jornalismo

1. Introdução

Ao longo das últimas quatro décadas, a crise nos paradigmas do jornalismo (objetividade, imparcialidade, entre outros) é discutida por estudiosos da comunicação jornalística. Apesar de não haver consenso se há crise ou não, se há novos paradigmas ou não, é evidente que houve mudanças no processo de produção de notícias, pois novos meios, novos contextos e novas linguagens se incorporaram ao fazer jornalístico.

Nesse contexto, imparcialidade e objetividade, principalmente, são colocados em xeque, pois adaptaram-se à lógica capitalista, à lógica do mercado, onde objetos são transformados em produtos. A notícia é produto e como tal deve ser veiculada. É certo que tal constatação não é nova, vem desde a modernidade, mas com a pós-modernidade foram acrescentadas novas características, como fluidez, efemeridade, ausência de fronteiras etc., que transformaram ainda mais a relação entre mercado e notícia.

A propósito, sobre essa relação, Marcondes Filho (2000, p. 37) observa que com as novas tecnologias, cuja introdução mudou radicalmente as redações a partir do início da década de 80, a produção diária de um jornal tende a triturar os fatos, tornando-os, apesar de sua aparência atraente, inodoros, incolores e insossos.

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP de Jornalismo

² Mestre e doutorando em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Professor de Jornalismo na Unilago (São José do Rio Preto) e Imesb (Bebedouro). E-mail: dmor@terra.com.br

Sob os aspectos apresentados acima, este trabalho pretende discutir a mudança no conceito de notícia, que se altera com a nova realidade, em que a velocidade é componente importante no processo, ancorada na relação entre fato e pseudo-evento, utilizando como suporte a mídia impressa, mais especificamente o caderno *Cotidiano* do jornal *Folha de S.Paulo* (edições de 13 a 30 de maio de 2006), tendo como objeto de análise a primeira onda de ataques organizada pelo grupo criminoso Primeiro Comando da Capital (PCC) -ocorrida entre 12 e 19 de maio de 2006, na capital paulista e em algumas cidades do interior do Estado-, que contabilizou 373 ataques, além apresentar questões que levem à reflexão sobre como dosar a cobertura de acontecimentos dessa natureza, cujos agentes têm a clara intenção de demonstrar força para conseguir privilégios.

Estratégias comunicativas utilizadas pelo veículo em análise, que trataremos mais adiante, podem, no caso dos ataques do PCC, levar mais pânico e medo à população, ao invés de, simplesmente, informar. Sabemos que é uma discussão complexa, pois a decisão do quê e como publicar envolve fatores econômicos e editoriais.

Para iniciarmos essa análise, é importante que passemos pelos conceitos de fato, pseudo-evento e notícia para o desenvolvimento das noções apresentadas acima.

2. Noticiabilidade e existência pública

Fato e notícia são conceitos jornalísticos que se relacionam. Não se pode separá-los. Senão vejamos: o que seria um fato? Grosso modo pode ser caracterizado como a matéria-prima da notícia. Aquilo que primeiro impacta, torna-se visível. É claro que para haver fatos é necessário que haja um agente, que necessita ser ativo, caso contrário o acontecimento ou evento (gerador do fato) morreria, desapareceria. Mas para que esse fato “vire” notícia é necessário que ele alcance *status* mediático, ou seja, ele necessita ter atributos chamados “valores-notícia”. Quem introduz essa característica é Wolf, que utiliza o conceito de noticiabilidade para descrever a aptidão de um fato para tornar-se notícia. Para ele, noticiabilidade faz parte de um conjunto de requisitos, os quais são exigidos dos acontecimentos (fatos) para terem existência pública de notícia. “Não adquirindo o estatuto de notícia, o acontecimento é excluído do elenco de informações mediáticas e permanece como matéria-prima” (MOTTA, 2002. p. 308). Wolf diz que

Definida a noticiabilidade como o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimento, de entre os quais há que selecionar as notícias,

podemos definir os valores-notícia (*newsvalues*) como uma componente da noticiabilidade. Esses valores constituem a resposta à pergunta seguinte: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias? (WOLF, 1994, p. 175, grifo do autor).

Se o fato não possuir aptidão para adquirir existência pública, jamais chegará a ser notícia. Para que fique mais clara essa dependência ou relação entre fato e notícia, é importante que apresentemos o que Lage define como notícia: “[...] relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante”. (LAGE, 1998, p. 16).

Sodré e Paiva, em artigo apresentado à Compós, em 2005, destacam que, na rotina jornalística, novidade, imprevisibilidade, o provável impacto sobre o público-leitor e as perspectivas de evolução do acontecimento são alguns dos aspectos considerados como valores-notícia.

3. Pseudo-evento e exagero

Há inúmeras pressões e construções deliberadas dos chamados pseudo-eventos que exercem importante influência na existência pública apregoada por Wolf. Cumprenos aqui fazer uma pausa para tratarmos de pseudo-evento, pois tal conceito tem relação direta com o que pretendemos discutir neste trabalho. Não fazemos isso aleatoriamente, pois pseudo-evento relaciona-se com fato e notícia.

Entre as várias características enumeradas por Boorstin (1964), que foi quem primeiro tratou desse conceito, interessa-nos uma delas, a de que pseudo-evento seria o fato não-espontâneo, criado com o objetivo de garantir a sua própria difusão. Eles (pseudo-eventos) tendem a ser mais atrativos do que os espontâneos. É importante salientar que dentro desta categoria também se encontram aqueles fatos forjados, falsos, que têm como objetivo prejudicar, caluniar determinada pessoa. A intenção, neste caso, é manipular a opinião pública. Sousa (2002, p. 23) diz que os acontecimentos imprevistos e notórios se impõem aos *media*.

Defendemos que os ataques executados por membros e simpatizantes do PCC, na verdade, são caracterizados como pseudo-evento. Pois (os ataques) foram planejados, não aconteceram espontaneamente. Concordamos com a afirmação de Wainberg:

Manifestações de rua, quebra-quebra, bloqueio de estradas, greves, invasões de prédios e atos de terror têm a mesma lógica da “comunicação violenta”: são pseudo-eventos articulados pela parte interessada como espetáculo midiático que se conforma a essa

vizinhança onde convivem perigosamente o noticiário e o *show business*. (WAINBERG, 2005, p. 17).

A parte interessada, como classifica Wainberg, em nosso caso é o PCC. É importante ressaltar que nosso posicionamento não implica em sermos reducionistas, queremos, com isso, focar nesse aspecto, pois interessa-nos demonstrar que houve exagero na cobertura desse acontecimento, o que pode ser facilmente constatado. Vejamos: os ataques começaram na noite de 12 de maio e estenderam-se até 19 de maio. A *Folha de S.Paulo* prosseguiu com a cobertura até 30 de maio. Nada anormal, não fosse o tratamento dispensado. A notícia do início dos ataques foi publicada na edição de 13 de maio, de maneira discreta, com uma chamada de duas colunas e três linhas de título na capa, “Após transferências, PCC faz rebeliões e ataques e mata pelo menos quatro”. (FOLHA DE S.PAULO, 13/05/2006, p.1). Já na edição do dia 14, os ataques foram manchete, “Ataques do PCC deixam 30 mortos”. (FOLHA DE S.PAULO, 14/05/2006). E com direito a caderno especial. Com um detalhe, a manchete do caderno diverge no número de mortos apresentado na primeira página do jornal, “Maior ataque do PCC faz 32 mortos em SP”. (FOLHA DE S.PAULO, Caderno Cotidiano, 14/05/2006, p. C1). Um erro grave de informação. Detalhe, a vinheta de identificação do assunto nas páginas mudou, dia 13 era apresentada como “Crime organizado”, já na edição seguinte (dia 14) trazia “Guerra urbana”, o que caracteriza um posicionamento mais dramático do veículo.

Na edição do dia 15, segunda-feira, há uma alteração profunda na cobertura do acontecimento, que já não era novo, posto que os ataques haviam começado na sexta-feira da semana anterior, a começar pela capa. A primeira página de um jornal diário é um mosaico, onde estão estampados os principais fatos do dia anterior, na visão de cada veículo, é claro, no entanto, a primeira página da *Folha* é praticamente monotemática, onde apenas parte do rodapé traz outras chamadas. A manchete procura traduzir a gravidade da situação: “PCC faz mais de 150 atentados e provoca 80 motins; 74 morrem”. (FOLHA DE S.PAULO, 15/05/2006, p.1). Mesmo assim, apesar de explicitar no texto da chamada que a quantidade de atentados engloba os números totais, portanto, desde sexta-feira, há um exagero sem tamanho neste título. O pior acontece na capa do caderno *Cotidiano*, onde há fotos de ônibus incendiado e presos mortos em uma delegacia. A manchete do caderno, em letras garrafais, anuncia: “PCC ataca ônibus e fóruns, promove megarebelião e amplia medo no Estado”. (FOLHA DE S.PAULO, caderno Cotidiano, 15/05/2006, p. C1). Logo abaixo, em três linhas, e também em um

corpo desproporcional, são repetidos os números de mortos, de ataques e de rebeliões. Na última página do caderno, C16, como título, o enunciador traz “O MEDO”, todo em caixa alta. Destacamos isso, pois as palavras medo e pânico, a partir da edição de 15 de maio, são constantes em títulos e textos de matérias, como, por exemplo, “Fraqueza do Estado gerou pânico”. (FOLHA DE S.PAULO, Caderno Cotidiano, 17/05/2006, p. C10).

Outro ato do enunciador do veículo deve ser destacado: sua incapacidade (enunciador) em decidir se as ações do agente (PCC) são ataques ou atentados, pois em textos e títulos percebe-se essa confusão. Não se trata de um problema meramente semântico, mas de posicionamento ideológico. Ao classificar ações como ataques, conseqüentemente, retira-se o caráter de ato de terror, o que não ocorre com a caracterização de atentados. Por exemplo: o título “Família diz que morto não realizou ataques”. (FOLHA DE S.PAULO, Caderno Cotidiano, 17/05/2006, p. C3). Já na página seguinte, uma das matérias traz: “Durante a onda de atentados e rebeliões nos presídios [...]”. (FOLHA DE S.PAULO, Caderno Cotidiano, 17/05/2006, p. C4).

A linguagem não-verbal (imagens) acompanha a dramaticidade contida na linguagem verbal. As fotos destacam em sua maioria os estragos que os ataques provocaram, como marcas de tiros em vidros, ônibus incendiados, cadeias destruídas, ou policiais que exibem suas armas. A cor vermelha, que remete à dor, sangue, também é utilizada em demasia.

Por tratar-se de um pseudo-evento, um acontecimento provocado, como caracteriza Charaudeau, o tratamento deveria ter sido menos espetacular, pois beirou ao sensacionalismo em alguns momentos, como a publicação da foto da primeira página do caderno na edição do dia 14, onde uma poça de sangue cobre o quepe de um policial. Charaudeau diz que “[...] o acontecimento provocado, [...], suscita a questão de saber onde estão os limites do campo de ação das mídias. Fazer da informação um objeto de espetáculo é arriscar-se a ultrapassar as instruções do contrato”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 191).

O contrato a que se refere Charaudeau é o acordo tácito estabelecido entre o veículo e o leitor, já que quando alguém compra determinado jornal elege como deseja receber a informação, se reflexiva ou opinativa, se necessita da informação como sucedânea da ficção ou se pretende objetividade. Ao comprar um jornal ou uma revista, o leitor estabelece um vínculo, um contrato de leitura. Com o gesto da compra, ele (leitor) elege um modo de acompanhar aos acontecimentos, o que propicia a crença de



que está conhecendo a realidade. No entanto, o real é uma construção, ou seja, uma interpretação de determinado acontecimento. A modalidade a partir da qual se enuncia um fato, desde a construção do texto à edição da foto, implica num recorte da realidade, que é elaborada segundo a perspectiva do sujeito que a enuncia.

Em função disso, acreditamos que a *Folha* ultrapassou as fronteiras do contrato que estabelece com seu leitor ao dar visibilidade a uma facção criminosa que planejou ataques para protestar contra a transferência de presos e, em função disso, obter regalias nas prisões.

Um outro ponto a ser destacado, neste caso, é o pseudo-evento em série, ou a novelização da notícia. Tal qual um folhetim televisivo apresenta os capítulos diariamente, até que o público perca o interesse, se canse. É importante notar que as características de show, de espetáculo estão sempre presentes. De acordo com Debord,

O espetáculo nada mais seria que o exagero da mídia, cuja natureza, indiscutivelmente boa, visto que para comunicar, pode às vezes chegar a excessos. Frequentemente, os donos da sociedade declaram-se mal servidos por seus empregados midiáticos; mais ainda, censuram a plebe de espectadores pela tendência de entregar-se sem reservas, e quase bestialmente, aos prazeres da mídia. (DEBORD, 1997, p. 171).

Os excessos a que Debord se refere podemos relacioná-los à novelização, à cobertura exagerada do pseudo-evento, que alcança a visibilidade mediática. É importante acentuar novamente que a justificativa para os ataques foi a transferência de presos para presídios de segurança máxima, ou seja, planejou-se um evento que certamente atrairia a atenção dos *media*, pois a sua execução terminaria, como terminou, em ações espetaculares que levaram medo e pavor à população.

4. De olho no mercado

No início deste artigo, apresentamos conceitos de fato e notícia e os relacionamos a pseudo-evento. A seguir, durante a análise, foram apontados detalhes no tratamento que a *Folha* dispensou aos ataques que justificam nosso posicionamento. Para que a análise não se perca, é necessário que seja colocada a questão do mercado.

De acordo com Traquina “a dimensão econômica enfatiza a percepção da notícia como um produto que deve ser inserido na relação entre o produtor e o cliente e satisfazer as exigências do cliente”. (TRAQUINA, 2003, p. 79).

Quando se coloca a questão do mercado, objetividade e imparcialidade são questionados, pois já não é mais uma questão de informar, mas de um oferecer um



produto que seja vendável, palatável pelo consumidor . Motta, Costa e Lima caminham nesse sentido ao afirmar que não se trata de apresentar os fatos tais como eles são, mas, sim, sujeitos à interpretação do jornalista.

A prática jornalística de noticiar é um exercício instrumental de busca da máxima objetividade, de uma referencialidade limpa de juízos de valor, como exigência profissional, o que pode ser observado nos manuais de redação e textos de introdução ao jornalismo. O que faz do jornalismo um mediador especializado da realidade social, na qual é agente construtor e re-significador, é sua credibilidade para “contar a realidade histórica tal como ela é”. O jornalismo fala à população mediante um “contrato” de veracidade, produz continuamente o efeito de real. Relata aquilo que apura como fato acontecido. Não faz ficção. O que muitas vezes confere uma ilusória crença de que o que se vê nas notícias são os fatos, e não sua construção em forma de linguagem, sujeita a todas as suas imprecisões. (MOTTA; COSTA; LIMA, 2004, p. 35).

Ao estabelecer contratos comunicativos com o leitor, o veículo o faz dentro da lógica de mercado. Cabe ao jornal lançar mão de estratégias discursivas que sejam capazes de “fiscar” o leitor. O contrato de veracidade a que se referem Motta, Costa e Lima implica na aceitação, por parte do enunciatório, que aquilo que é publicado é verdade e não ficção.

Mesmo que os contratos sejam estabelecidos dentro da lógica do mercado, há opiniões dissonantes. Kucinski, por exemplo, afirma que tal relação interfere nas relações de trabalho, pois ela (a grande imprensa) desempenha uma função pública, mas é uma empresa privada.

A cobertura da *Folha*, nosso objeto de análise, foi estabelecida, é claro, dentro da lógica de mercado, mas, avançou o sinal, pois, hoje, os contratos comunicativos já não mantêm a fidelidade do leitor.

5. Visibilidade e terror mediático

Tal cobertura que proporcionou visibilidade mediática à facção criminosa PCC e as suas reivindicações, como já analisamos e demonstramos acima, gerou, em consequência o terror mediático, que é provocado pela mídia ao falar de terror, que instaurou-se com mais vigor após os ataques aéreos de 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos (tal prática já existia anteriormente ao evento citado). Os *media*, passaram a ser utilizados como mediação. Para introduzir esta discussão, reproduzimos aqui a análise de Baudrillard:

Qualquer massacre lhes seria perdoado, se tivesse um sentido, se pudesse interpretar-se como violência histórica – tal é o axioma moral

da boa violência. Qualquer violência lhes seria perdoada, se ela não fosse substituída pelos *media* (o terrorismo nada seria sem os *media*). Mas tudo isso é ilusório. Não há bom uso dos *media*, os *media* fazem parte do acontecimento, fazem parte do terror, e jogam num ou noutro sentido. (BAUDRILLARD, 2002, p. 37-38).

À observação de Baudrillard de que o terrorismo nada seria sem os *media*, podemos acrescentar que o PCC nada seria sem os *media*, pois alcançou visibilidade com seus ataques espetaculares, ou seja, para disseminar sua mensagem utilizou fartamente violência e morte como atrações, o que, sem dúvida atrai a atenção dos *media*. Aliás, ao analisarmos todos os cadernos editados pela *Folha* no período, constatamos que tudo converge para o terror. De acordo com Wainberg, a imprensa não se furta nunca a divulgar tais fatos. “Há que se ressaltar que por vias legais esses grupos não conseguiriam tal exposição” (WAINBERG, 2005, p. 83).

A propósito, Wainberg cita em seu livro *Mídia e Terror* (2005) estudo realizado por Grant Duwe que aponta que a divulgação de notícias sobre episódios violentos provoca aumento do medo na população.

6. Considerações finais

A análise da cobertura da *Folha de S.Paulo* em relação aos ataques da facção criminosa Primeiro Comando da Capital em relação ao que é proposto neste artigo permite apontar pelo menos três pontos para reflexão: Como dosar o tratamento a ataques de grupos criminosos ou terroristas? Até onde respeitar os contratos comunicativos estabelecidos com leitores (enunciadários)? Como adequar-se à lógica de mercado sem provocar distorções no processo de produção da notícia?

Ao caracterizarmos os ataques como pseudo-evento, buscamos contribuir para um melhor entendimento da comunicação jornalística. É claro que a discussão presente neste artigo não esgota o assunto. Além disso, é importante que a mídia impressa encontre seu espaço na sociedade contemporânea, onde medo e violência fazem parte do dia-a-dia do cidadão, pois, caso contrário, perderá ainda mais terreno. Como afirma Trivinho “para além da democracia moderna, vive-se doravante [...] num regime tecnológico de terror, reino renovado da injustiça e da desigualdade”. (TRIVINHO, 2002, p. 270). Percebe-se que o atual estágio do jornalismo é de submissão ao mercado. A notícia deixou de ser informação. O medo tornou-se combustível para o entretenimento, para o show, para o espetáculo.



Referências bibliográficas

ARBEX JR., José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. 2ª ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BARROS, Diana Luz Pessoa. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 2001.

BAUDRILLARD, Jean. **O espírito do terrorismo**. Tradução Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras, 2002.

BOORSTIN, Daniel. **The image: a guide to pseudo-events in America**. New York: Harper and Row, 1964.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Tradução Maria Lucia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução Ângela S. M. Correa. São Paulo: Contexto, 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HARDT, M.; NEGRI, A.. **Império**. Tradução Berilo Vargas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Tradução Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica. Ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo. A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: PORTO, Sérgio Dayrel (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. 2ª ed. Brasília: UNB, 2002. p. 305-319.

_____. Pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midiocêntrico e sociocêntrico. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. V. 7, n. 1, Ene. abr. 2004. Disponível em www.eptic.com.br (acesso em 20/12/2006, 12:25).

_____; COSTA, G.B.; LIMA, J.A. Notícia e construção de sentidos: análise da narrativa jornalística. In: MORENO, Carlos A. de Carvalho. **Revista brasileira de ciências da comunicação**. São Paulo, v. 27, n. 2, jul./dez. 2004. p. 31-51.

SODRÉ, M; PAIVA, R. **O que é mesmo uma notícia?** Compós, 2005. Disponível em www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/estudos2006.htm (acesso em 05/01/2007, 16:15).

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.



TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. 2ª ed. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

TRIVINHO, Eugenio. Velocidade e violência: dromocracia como regime transpolítico da cibercultura. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **A incompreensão das diferenças**: 11 de setembro em Nova York. Brasília: IESB, 2002. p. 257-272.

WAINBERG, Jacques A. **Mídia e terror**. São Paulo: Paulus, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Tradução Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 3ª ed. Lisboa, 1994.